



A Comunicação pública na construção do sujeito coletivo no Fórum Metropolitano de Belo Horizonte¹

Bruno Menezes do CARMO²

Daisy Batista SILVA³

Fernanda BARTOLOMEU⁴

Fernanda Helena RIBEIRO⁵

Lídia Carolina Silva SALAZAR⁶

Cláudia Chaves FONSECA⁷

Jaqueline MORELO⁸

Juniele Rabelo de ALMEIDA⁹

Marialice Nogueira EMBOAVA¹⁰

Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, MG

RESUMO

O estudo objetiva compreender como se configura a construção do sujeito coletivo entre os participantes do Fórum Metropolitano de Belo Horizonte. Apresenta as condições institucionais e políticas que levaram à constituição do Fórum, descreve sua organização e analisa a interação entre os atores participantes, a fim de entender a comunicação no Fórum. Utilizou como método de pesquisa a história oral. Na coleta dados foram empregadas a entrevista, a observação e a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa constatou que a constituição de uma rede entre os participantes, necessária à formação do sujeito coletivo, não se efetivou.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação pública; redes sociais; sujeito coletivo.

INTRODUÇÃO

¹ Trabalho apresentado no IJ07 – Comunicação Espaço e Cidadania do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Ouro Preto – Minas Gerais – realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Estudante de Graduação 5º semestre do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva, email: brunomc15@gmail.com.

³ Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva, email: jornalistaaisysilva@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Newton Paiva, email: nandabartolomeu@gmail.com.

⁵ Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva, email: fernandahelena2@gmail.com.

⁶ Estudante de Graduação 5º semestre do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva, email: salazar.lidia@hotmail.com.

⁷ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva, email: claufon@uol.com.br.

⁸ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva, email: jaqmorelo@hotmail.com.

⁹ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva, email: junielerabelo@gmail.com.

¹⁰ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva, email: marialice.emboava@gmail.com.



O Fórum Metropolitano de Belo Horizonte - FMBH, instituído pela Câmara Municipal em agosto de 2007, se apresenta como um espaço de discussão em atuação complementar aos espaços institucionais já existentes. De acordo com a Carta do Fórum¹¹ a proposta tem por objetivos contribuir para a identificação dos interesses e problemas comuns da região metropolitana, a busca de soluções compartilhadas e a reversão da segregação socioespacial existente. O Fórum é aberto à participação de municípios que compõem a Região Metropolitana (prefeitos, presidentes e vereadores das câmaras municipais de 34 municípios), órgãos estaduais envolvidos com a questão metropolitana, órgãos técnicos e de pesquisa, organizações não governamentais, entidades de classe e sociedade civil.

Partindo do pressuposto de que estudar a interação social compreende estudar a comunicação entre os atores (RECUERO, 2009), o estudo visa compreender como ocorre a comunicação entre os diversos atores participantes do Fórum, muitos deles com interesses conflitantes e, também, de que forma a comunicação ao mesmo tempo constitui e é constituída pelo sujeito coletivo capaz de “elaborar sistemáticas de gestão adequadas à diversidade de seus agentes”, conforme estabelecido na Carta do Fórum.

Quanto à metodologia do estudo, utilizou-se a história oral¹², a qual destaca as visões dos atores sociais, permitindo desenvolver e fundamentar análises históricas a partir da constituição de fontes e arquivos orais que desempenham papel fundamental na relação entre memória e história¹³.

Além disso, empregaram-se a documentação indireta, com a consulta aos documentos produzidos nos eventos institucionais, publicações parlamentares e administrativas referentes à RMBH, e a observação direta do evento institucional realizado no ano de 2011.

Na seleção dos entrevistados, procuramos observar a composição do Fórum Metropolitano: vereadores e representantes da sociedade civil organizada, bem como funcionários da Câmara que pudessem relatar todo o processo de concepção e organização do Fórum. Assim, através de lista fornecida pela Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte, escolhemos os oito entrevistados (amostra por acessibilidade). Os mesmos nos concederam a entrevista após lerem e assinarem o

¹¹ Carta do Fórum. Disponível em: <http://www.cmbh.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=20375&Itemid=410> . Acesso em: 03 fev. 2011.

¹² Ver textos gerais, trabalhos pioneiros e trabalhos temáticos, leituras recomendadas e revistas especiais sobre história oral em: Thompson (1992); Meihy (1996); Ferreira & Amado (1996); Neves (2006).

¹³ Sobre memória, ver: Halbwachs (1992), Le Goff (2003) e Pollack (1989).



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. As entrevistas foram transcritas e analisadas a partir dos princípios metodológicos da história oral.

A pesquisa de campo (com integrantes do Fórum) revelou diferentes memórias: os embates foram explicitados em uma possível “batalha de memórias”, indicando o conflito entre o desejo de construção do “sujeito coletivo” e as experiências “personalistas”. A história oral busca, assim, registrar a memória viva, construindo uma imagem do vivido a partir de um processo de pesquisa qualitativa.

A pesquisa percorreu operações práticas de história oral: (1) agendamento, elaboração e realização das entrevistas a partir da rede estabelecida; (2) transcrição e textualização (produção dos textos documentais); (3) autorização dos narradores (assinatura da Carta de Cessão); (4) análise das narrativas.

Na Câmara dos Vereadores entrevistamos o servidor Maurício Leite, um dos idealizadores do Fórum e atual diretor de Processo Legislativo; o coordenador de projetos do Legislativo, Alexis Lopes Filgueiras; e o coordenador da TV Câmara, Guilherme Minassa.

Entrevistamos também três vereadores participantes do Fórum: Bruno Miranda, vereador de Belo Horizonte pelo PDT, Lilian Paraguai, vereadora de Brumadinho pelo PT e Antônio Evangelista Totó Teixeira, do PSB, presidente da Câmara de Belo Horizonte quando da criação do Fórum. Bruno Miranda e Lilian Paraguai estão no seu primeiro mandato em Belo Horizonte e Brumadinho, respectivamente.

Como representantes da sociedade civil entrevistamos o designer gráfico e artista plástico José de Castro Procópio, representante do Projeto Manuelzão (UFMG) no Fórum e o assessor da presidência do CREA-MG, José Abílio Belo Pereira, que acompanhou a implantação do Fórum Metropolitano e foi membro do Conselho Deliberativo do Fórum.

As narrativas que compõem o eixo desta pesquisa emergiram de entrevistas realizadas entre os dias 22/09/2011 e 15/03/2012. Foram registrados relatos (em *história oral*) de políticos e servidores públicos que integraram o Fórum Metropolitano de Belo Horizonte. Elas foram catalogadas e estão disponíveis no Grupo de Estudos em Comunicação Pública do Centro Universitário Newton Paiva.



CRIAÇÃO DO FÓRUM: em busca de uma cidadania metropolitana

A Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH - é uma das oito regiões metropolitanas brasileiras institucionalizadas pelo governo federal em 1973 e 1974, através das Leis Complementares Federais nº14/73 e nº 20/74.

Nos últimos 38 anos houve um grande crescimento da RMBH: em 1974 a Região Metropolitana era constituída por 14 municípios, atualmente são 34. Ao mesmo tempo, constata-se o agravamento de problemas que já existiam, como ocupação desordenada do território, favelização das cidades, sistema de transporte insuficiente e não integrado, extremo desequilíbrio entre os municípios.

Para discutir possíveis soluções para esses problemas e promover a consciência de uma cidadania metropolitana, vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH - idealizaram o Fórum como uma ação institucional capaz de envolver todos os municípios da RMBH e do colar metropolitano.

Maurício Leite, servidor da Câmara, lembra que “[...] houve uma alteração significativa na legislação estadual feita na Assembleia Legislativa sobre a organização institucional metropolitana, foi feita uma redistribuição de peso nos municípios”. (LEITE, 2011)

O então presidente da CMBH, Totó Teixeira, explica o que foi discutido até a criação do Fórum Metropolitano de Belo Horizonte: “[...] na câmara nós achamos importante fazer uma discussão dos problemas que a gente tinha no entorno de Belo Horizonte. Esse problema que a gente pensa que é do município vizinho, mas acaba tendo redundância aqui dentro, como nossos problemas também têm lá”. (TEIXEIRA, 2011)

A partir dessa visão, criou-se o Fórum Metropolitano de Belo Horizonte com o objetivo de promover o debate entre os municípios de RMBH e do Colar Metropolitano, na busca de soluções compartilhadas para os problemas comuns.

Além de funcionar como um espaço de discussão em atuação complementar aos espaços institucionais, o Fórum visa também promover uma rede de comunicação intermunicipal, fomentar a aproximação, o diálogo e o contato entre os municípios, discutir as funções públicas de interesse comum e os projetos de impacto e sua interferência dos diversos municípios e compatibilizar os planos diretores municipais.

Desde 2007 foram realizados seis encontros, em diferentes municípios. Cada



encontro discutiu uma temática específica: sistema de transporte coletivo na RMBH: propostas e desafios: saneamento ambiental na RMBH: diagnósticos e perspectivas; sistema de saúde na RMBH: saúde da família; destinação final de resíduos sólidos na Região Metropolitana; planejamento integrado do vetor norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte; políticas de compensação entre os municípios da RMBH: em busca de um equilíbrio metropolitano.

No entanto, Totó Teixeira avalia que a implantação da proposta não foi fácil:

Tudo o que você vai fazer diferente, você encontra resistência. Porque, por exemplo, nós pensamos o seguinte: esses municípios vão ficar tudo doidos, vão querer que a gente faça logo, cada um vai querer fazer na frente do outro, mas não foi assim. Então, houve a dificuldade de resolver onde fazer, como fazer, e qual apoio nós teríamos dos municípios. (TEIXEIRA, 2011).

O coordenador da TV Câmara BH, jornalista Guilherme Minassa, também participou da idealização do Fórum. Em uma conversa com Totó Teixeira, discutiu-se como persuadir as demais câmaras legislativas da região a participar, a fim de implementar a proposta. Ele revela que o atual diretor de processo legislativo da CMBH, Maurício Leite, viabilizou a organização do Fórum a partir de questões temáticas. E juntos fizeram uma divulgação ampla com o slogan “Problemas comuns, soluções compartilhadas”:

Em parceria com o Maurício, a gente fez primeiro um Seminário de abertura, aqui na Câmara de Belo Horizonte, que foi o lançamento. Não se discutiu nada específico, mas surgiu a ideia do Legislativo de fazer outras (reuniões) sem ter mesmo uma sede, ser uma coisa itinerante. (MINASSA, 2011)

A mesa diretora da CMBH na época buscou apoio técnico da Câmara para estruturar a participação dos municípios. A ideia do Fórum, segundo Maurício Leite, era de ser um palco para a discussão metropolitana, abordando o papel do poder do legislativo, chamando e recomendando ações ou até mesmo cobrando ações dos poderes responsáveis.

Os princípios do Fórum valorizam o legislativo e as reuniões itinerantes. Porém, historicamente havia uma grande dificuldade de mobilizar a mesa diretora da CMBH para a questão da comunicação e sensibilização dos municípios da região metropolitana. Maurício Leite relata como foi esse processo:

A gente teve um trabalho muito intenso de visita de município por



município, para explicar a idéia do Fórum, para entender proposta e abrir um canal que a pessoa recebesse o comunicado da realização de algum evento. A gente teve um trabalho de catalogar mesmo junto com o cerimonial da casa, estruturar a Escola do Legislativo também, que é uma ação importante de interação com a sociedade. (LEITE, 2011).

Na avaliação de Maurício Leite a implantação do Fórum, através do movimento de articulação dos municípios focados no legislativo, provocou um rearranjo de ações e nos órgãos de planejamento. A legislação atual prevê planos diretores metropolitanos e a criação de fundos para desenvolvimento. Assim, a CMB, representando o legislativo do município central, tomou a frente e sugeriu à presidência da casa, em função desse novo contexto, uma ação institucional que agradou a mesa diretora na época e o coordenador Eduardo Teixeira, para que fizesse o movimento de articulação nos municípios.

A COMUNICAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE REDES NO FÓRUM

Para Brandão (2009), ainda que o conceito de comunicação pública esteja em processo de construção e que o termo seja usado com sentidos diversos há um ponto comum de entendimento quando se refere ao Brasil: a acepção de que a "Comunicação Pública é um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania" (BRANDÃO, 2009, p.9). Percebe-se, assim, que os termos comunicação pública e democracia estão intimamente ligados.

Assim como outros autores, [Novelli] concebe a comunicação um instrumento poderoso, com capacidade para a manutenção do Estado Democrático [...]. A prática da comunicação pública, quando conduzida de forma ética e responsável, tem a possibilidade de promover e consolidar o engajamento ativo dos cidadãos nas definições e implantações de políticas públicas" (NOVELLI, *apud* BRANDÃO, 2009 p.18).

Ainda segundo a autora, somente a partir do governo Lula o conceito comunicação pública com o sentido de informação para a cidadania começou a ser citado com frequência. Independente da distância entre a prática política e as intenções, a autora afirma que "pela primeira vez depois da era militar tratou-se da comunicação



governamental com uma preocupação que pretendia ir além da propaganda e do marketing político e resgatou-se a noção do civismo, desgastada no período da ditadura militar" (BRANDÃO, 2009, p. 12).

O Fórum Metropolitano surgiu devido à necessidade de discussão de assuntos relevantes para a RMBH, conforme evidenciado nas entrevistas realizadas com atores participantes. De acordo com Maurício Leite de Moura e Silva (2011), a ideia do Fórum nasceu como um grande palco para a discussão da região metropolitana, pois “[...] a cidade de Belo Horizonte, ela não tem mais como ser pensada e planejada só olhando para o âmbito de seu município. Hoje há uma comunicação urbana e um processo de expansão da malha urbana [...]”.

Todos os entrevistados ressaltaram a importância de um espaço que possibilitasse a integração entre os municípios do colar metropolitano. Os depoimentos dos vereadores Totó Teixeira e Lilian Paraguai, são ilustrativos:

[...] hoje tem que se pensar mesmo de uma maneira global, não adianta você ficar isolado [...], esse problema que a gente pensa que é do município vizinho, mas ele acaba tendo redundância aqui dentro, né, como nossos problemas também têm lá. Então hoje não tem jeito de se pensar a cidade muito isolada da região metropolitana. (TEIXEIRA, 2011).

A vereadora Lílian Paraguai afirma que os problemas têm que ser resolvidos de forma conjunta.

Porque são problemas comuns de municípios que já estão conurbados, né. Os municípios já estão ligados. E os problemas também, assim, basicamente, são os mesmos. Então não tem como um município resolver o problema sozinho, ele tem que discutir de forma conjunta. (PARAGUAI, 2011).

É possível identificar a dinâmica de funcionamento do Fórum como uma experiência de comunicação pública. Tendo como referência a concepção de Zémor (*apud* Barros e Bernades, 2009), uma das missões da comunicação pública é promover a aproximação das instituições públicas com a sociedade, alicerçada na transparência e na participação democrática na gestão pública.

Ouvir as demandas, as expectativas e as interrogações do público deve ter função primordial da comunicação pública, além de estimular e fortalecer o debate público. [...] contribuir para assegurar e fortalecer as relações sociais (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator social e político). (BARROS;



BERNARDO, 2009, p.5).

Tal função pode ser percebida no Fórum Metropolitano, quando este estabelece como objetivo fazer com que a população participe dos encontros e debates.

Aqui em Belo Horizonte tem uma participação interessante até porque esse trabalho é divulgado nas universidades, que trazem também os alunos para participarem, e eu achei interessante. No interior, a gente percebe, o interior que eu falo é a região metropolitana, a gente percebe algumas pessoas que se interessam, mas é uma participação tímida, né? (MIRANDA, 2012)

Pereira (2007) citando Habermas, afirma que a vertente deliberativa da democracia vem enfatizando a importância dos fóruns públicos na construção de decisões legítimas, ou seja, as decisões políticas só serão legítimas se tomadas com base em debates públicos que ocorrem via interação de pelo menos dois participantes.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da participação da população no FMBH, pois expõe as reais necessidades dos diferentes municípios. A vereadora Lilian Paraguai explica que nos debates realizados no Fórum Metropolitano, dependendo da pauta da reunião, a participação é efetiva e as pessoas levam os problemas para serem debatidos.

Teve uma situação, por exemplo, que eu acho que surtiu muito efeito, que foi com o Secretário Estadual de Transporte. E uma das principais reclamações nesse dia, por exemplo, nessa reunião específica do Fórum, foi com relação aos problemas enfrentados pelos usuários do transporte coletivo, os ônibus, as empresas de ônibus. (PARAGUAI, 2011).

A vereadora ressalta que nessa reunião a participação foi bem expressiva, o Secretário ouviu todas as reclamações e se prontificou a pensar e resolver. Logo em seguida, houve uma reunião em Brumadinho e foi convocada uma audiência pública com a principal empresa que prestava serviço no município e a Secretaria do Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP). Na avaliação de Lilian Paraguai, a junção de esforços surtiu efeito, a empresa fez uma lista de melhorias que seriam implantadas. Os resultados da reunião foram positivos.

Outro aspecto importante a ser considerado, quando se pensa nos resultados, é a continuidade da articulação dos participantes. De acordo com a proposta inicial de constituição do Fórum, este apresentaria espaço e condições necessárias à formação de redes e de sujeito coletivo entre os diferentes atores envolvidos. Para o vereador Totó



Teixeira, um dos idealizadores do projeto, a articulação dos vereadores com a sociedade civil possibilitaria a discussão dos problemas comuns aos moradores da região metropolitana e, conseqüentemente, a busca compartilhada de soluções.

No entanto, a partir da análise das entrevistas, percebe-se que a proposta de articulação de uma rede, um dos objetivos do Fórum, não se efetiva, uma vez que não houve essa formação. Além disso, nos encontros realizados a participação da sociedade civil foi considerada pequena, seja por falta de resultados práticos, conforme afirma o vereador Bruno Miranda, seja por indisponibilidade de segmentos sociais nas datas dos encontros, motivo apontado por Lílian Paraguai. Outra possível explicação relaciona-se à origem da proposta. Como a concepção do Fórum é de uma instância governamental (Câmara Municipal de BH) e não da sociedade, não houve identificação com a causa, nem foi atribuída importância ao espaço de discussão aberto. Os discursos evidenciam que a ideia do Fórum como um espaço de interlocução com a sociedade é importante, mas que na prática há pouca articulação com a sociedade.

As pessoas são chamadas a participar, é feita a divulgação, a imprensa sempre cobriu as reuniões dos Fóruns, e a gente percebe que há pouca participação popular. Há participação do poder público, de parlamentares, do poder executivo, dos prefeitos, mas aquela participação das pessoas levando sugestões é uma participação tímida. (MIRANDA, 2011).

Além das reuniões temáticas itinerantes, a proposta do Fórum também prevê a organização da FREVEM - Frente dos Vereadores Metropolitanos, um espaço de discussão que não envolve a sociedade civil e dá destaque aos vereadores e seus posicionamentos. De acordo com Maurício Leite de Moura e Silva (2011) é uma estrutura focada basicamente nos vereadores, um evento político em que o público alvo são os vereadores da RMBH, que se reúnem para articular ações políticas.

Na atual Legislatura, percebe-se que a Frente ganhou importância, indicando que tem sido atribuída maior importância a este espaço do que ao espaço de discussão que as reuniões itinerantes do Fórum podem proporcionar. Para Guilherme Minassa (2011) o Fórum de 2011 “... deu uma ênfase maior pra FREVEM”.

A despeito desse esforço, na perspectiva de alguns entrevistados, os representantes de vários municípios não pensam globalmente, restringindo suas ações aos problemas locais.

Em algumas cidades sequer nós temos representantes da FREVEM,



sequer os prefeitos participam, porque muitas vezes se atende mais na política local, do quebra mola, do meio fio, do buraco da rua, mas esquecem que estão inseridos em um contexto mais geral, mais amplo, que é preciso também mostrar. Infelizmente algumas Câmaras, algumas Prefeituras, não têm essa visão. (MIRANDA, 2011).

Portanto, a partir da análise das entrevistas, pode-se afirmar que o espaço para constituição da rede e a formação do sujeito coletivo foi aberto, mas que eles não se configuraram.

Na realidade essa articulação política real não aconteceu. O diálogo não está sendo realmente integrador, está segmentado e quando chega a plenário, onde são discutidos os momentos finais, cada cidade já fez seu voto, em função dos seus interesses. (PROCÓPIO, 2011)

Na percepção de alguns dos entrevistados, uma explicação possível para esse comportamento encontra-se na cultura política brasileira. Aqui ainda há traços de uma concepção de sociedade e de relações sociais que remonta às origens de nossa história, ao período colonial, mas que perdura ao longo do tempo, com novas roupagens e, na política, pode ser percebida através de relações personalistas e clientelistas. José de Castro Procópio afirma: “[...] o que está hoje na política brasileira é o chamado personalismo [...] a composição do Fórum Metropolitano visa dar o poder ao Estado e pouca participação para a sociedade.”.

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO COLETIVO NO FÓRUM

O advento de sujeitos coletivos revela identidades construídas socialmente a partir do processo de reconhecimento e diferenciação. O espaço político do sujeito coletivo é configurado como um “espaço de emergência de antagonismos” (PRADO, 2000, p. 154). Alain Touraine (1996) afirma que o sujeito coletivo se define na ação e não na reflexão do indivíduo sobre si mesmo.

O sujeito coletivo aponta para um espaço antagônico constituído a partir do questionamento do sujeito racional e unificado. Ganha força a ideia do sujeito construído a partir das relações sociais, crenças e valores. As ações coletivas são explicadas a partir de questões estruturais e sociais e o sujeito coletivo como produto de fatores internos e externos aos grupos. Dessa forma, o sujeito coletivo não se



mantém pela unidade, mas sim pela fragmentação. Destacam-se assim, a relação entre identidades coletivas e antagonismos contemporâneos. Um conjunto mutável de debates, tensões e divergências internas entre a expressão da base e os projetos políticos dos dirigentes revela o sujeito coletivo (TOURAINÉ, 1996).

A partir do desenvolvimento do capitalismo percebe-se o advento de sujeitos coletivos que reconhecem o caráter histórico das desigualdades, baseados em identidades coletivas construídas socialmente. As desigualdades sociais aparecem, nesse contexto, como agentes antagônicos e a construção das identidades coletivas passa pelo processo de reconhecimento e diferenciação. O espaço político configura-se como um espaço de emergência de antagonismos, “os quais conferem ao campo do político o “lugar” de articulação destas identidades e ações coletivas”. (MOUFFE, 1988, *apud* PRADO, 2000, p. 154).

Dentre os estudos empreendidos para o entendimento do campo, estão aqueles da Psicologia Política, ao focar o estudo das condições necessárias para a constituição de uma identidade coletiva baseada na diferenciação de um elemento exterior. Prado (2000) organiza as teorias sobre o sujeito coletivo em subgrupos, apresentados a partir de dois vértices principais: A) como definem os sujeitos coletivos, ou seja, como explicam a constituição de um NÓS; B) como definem o espaço político, isto é, o cenário das ações coletivas, o campo da ação política.

Dentre estes subgrupos é relevante para a nossa pesquisa considerar duas vertentes: na primeira, referente aos processos articulatórios do campo político, o sujeito coletivo é visto como um processo, baseado em racionalidade, e o Político é o campo institucional marcado por disputas, negociações. Ou seja, o sujeito coletivo seria produto de fatores internos e externos aos grupos sociais, e a identidade seria organizada por estratégia de organização da consciência política. Tal perspectiva é representada pelos teóricos Gamson, Klandermans e Sandoval, dentre outros que enfatizam as noções de processo político, agência e consciência social.

Na segunda vertente o sujeito coletivo é constituído a partir do esgotamento do sujeito racional e unificado, o sujeito iluminista. Já o Político é um espaço não institucional e antagônico, por isso não passível de sínteses permanentes. Essa perspectiva busca inserir a identidade coletiva em papel de destaque no campo teórico, conforme defendem os autores Touraine, Melucci, Laclau e Mouffe. Em outras palavras, sujeito coletivo que não se mantém pela unidade, mas sim pela fragmentação.



Tal perspectiva destaca a relação entre identidades coletivas e antagonismos contemporâneos.

A obra de Touraine¹⁴ nos possibilita entender questões importantes quando analisamos o Fórum Metropolitano, como os fatores que estimulam ou dificultam a participação dos sujeitos enquanto atores sociais. De acordo com Touraine (1997, *apud* GOHN, 2008, p.114) a partir da década de 1990, com a globalização, a comunicação de massa, a modernização e a modificação das relações de trabalho, observa-se a ascensão do “sujeito pessoal” que almeja se constituir como ator social para afirmar sua liberdade individual contra as ordens sociais, lutando com base em seu trabalho pessoal e cultura, resistindo às ideologias que querem adequá-lo ao mundo.

Mesmo com as alterações de valores e ações percebidas na atualidade, Touraine (1997, *apud* GOHN, 2008, p. 123) reafirma que o “sujeito” não é uma reflexão do indivíduo sobre si mesmo. Ele é ação e trabalho, ainda que seus objetivos sejam voltados unicamente para benefício de seu segmento.

A partir da visão desses autores, nossa análise pressupõe a constituição do real construído por conflitos, com possibilidade de criação de hegemonias e contra-hegemonias. Nessa perspectiva, a proposta do Fórum Metropolitano pode ser tomada como um espaço de conflito, uma vez que este é constituído de indivíduos, vereadores e representantes da sociedade civil, oriundos de partidos políticos diferentes e classes sociais distintas, em interação para buscar melhorar as condições das parcelas da sociedade as quais representam. Ocorre nesse espaço político, portanto, disputas por formas de significação entre os diferentes sujeitos.

Portanto, a partir das duas perspectivas teóricas discutidas por Prado (2000) podemos afirmar, de acordo com a primeira, que o Fórum foi criado a partir da consciência política dos vereadores, sua constituição foi marcada por negociações e houve fatores internos dos grupos sociais; problemas específicos das cidades da região metropolitana; e fatores externos; organização da Câmara; que possibilitariam a configuração do sujeito coletivo baseado em racionalidade.

A segunda perspectiva é influenciada pelas relações de poder, onde há tanto uma busca por equivalência de direitos sociais, finalidade teórica do Fórum Metropolitano, como uma busca pela diferenciação. Tomando como objeto de estudo o Fórum Metropolitano, pode-se identificar que sua identidade foi organizada por estratégia da consciência política e pela fragmentação e conflito de ideias.

¹³ Destacam-se: “O que é a democracia” (1996); “Crítica da modernidade” (1997); “Igualdade e Diversidade” (1998).



A partir dessa análise constata-se que o Fórum apresenta todos os aspectos que permitiriam que se configurasse como sujeito coletivo, mas conforme evidenciado nas entrevistas, esta constituição não se efetivou.

CONCLUSÃO

Neste estudo procuramos compreender a comunicação entre os diversos atores participantes do Fórum Metropolitano Permanente da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Constatamos que as reuniões, realizadas em diversas cidades da região metropolitana de Belo Horizonte, possibilitaram que vereadores, representantes de órgãos públicos e da sociedade civil discutissem as temáticas propostas, na tentativa de buscar soluções para os graves problemas enfrentados por toda a população. No entanto, não ocorreu a formação de uma rede que possibilitaria aos atores uma articulação fora desse espaço já instituído e que consideramos necessária à formação de um sujeito coletivo. Reflexões sobre os processos e estratégias de comunicação pública permitiram a problematização dos encontros, atividades e atores sociais envolvidos no Fórum.

Não obstante, afirmamos a importância da iniciativa de comunicação pública do Fórum Metropolitano, uma vez que esta contribuiu para a construção da cidadania, para a legitimidade das decisões políticas e o aperfeiçoamento democrático.

REFERÊNCIAS

BARROS, Antonio Teixeira; BERNADES, Cristiane Brum. **Contribuições francesas ao debate brasileiro sobre comunicação pública**. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, set. 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2890-1.pdf> Acesso em: 16/06/2011.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Conceito de comunicação pública**. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009. P. 1-33.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Usos e significados do conceito Comunicação Pública**. In Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa Relações Públicas e Comunicação Organizacional do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1037-1.pdf>. Acesso em: 02/07/2011.

FERREIRA, Marieta Morais, AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.



FILGUEIRAS, Alexis Lopes. Entrevista realizada por Jaqueline Morelo em 30/09/2011 na sede da Câmara Municipal de Belo Horizonte – Avenida dos Andradas – 3100 – Bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte – Minas Gerais.

GOHN, Maria da Glória. **A contribuição de Alain Touraine para a produção do conhecimento na sociologia urbana: sujeitos coletivos e multiculturalidade.** São Paulo: Loyola, 2008.

HALBAWCS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: UNICAMP, 1992.

MATOS, Heloiza. **Comunicação pública, esfera pública e capital social.** In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público.** São Paulo: Atlas, 2009. P. 47- 58.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** São Paulo: Loyola, 1996.

MINASSA, Guilherme. Entrevista realizada por Jaqueline Morelo em 30/09/2011 na sede da Câmara Municipal de Belo Horizonte – Avenida dos Andradas – 3100 – Bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte – Minas Gerais.

MIRANDA, Bruno. Entrevista realizada por Daisy Batista Silva em 15/03/2012 na sede da Câmara Municipal de Belo Horizonte – Avenida dos Andradas – 3100 – Bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte – Minas Gerais.

NEVES, Lucília de Almeida. **História Oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

PARAGUAI, Lílian. Entrevista realizada por Fernanda Helena Ribeiro em 07/12/2011 na sede da Escola Municipal Helena Antipoff - Avenida Doutor Antônio Eustáquio de Piazza – 4020 – Bairro Tirol – Belo Horizonte – Minas Gerais.

PEREIRA, José Abílio Belo. Entrevista realizada por Bruno Menezes do Carmo em 19/10/2011 na sede do CREA-MG – Avenida Álvares Cabral – 1600 – Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte – Minas Gerais.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO, Marco Aurélio M. **Psicologia política e ação coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do ‘nós’.** São Paulo: Revista de Psicologia Política, 2000. 24 p. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/pdfv1r1/Marco.pdf>
Acesso em: 14/05/2011.

PROCÓPIO, José de Castro. Entrevista realizada por Lídia Carolina Silva Salazar em 02/12/2011, na sede do Projeto Manuelzão – Faculdade de Medicina da UFMG – Avenida Alfredo Balena – 190 – Bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte – Minas Gerais.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Meridional, 2009.



SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes Sociais na Sociedade da Informação**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SILVA, Maurício Leite de Moura e. Entrevista realizada por Fernanda Bartolomeu e Jaqueline Morelo em 22/09/2011 na sede da Câmara Municipal de Belo Horizonte – Avenida dos Andradas – 3100 – Bairro Santa Efigênia – Belo Horizonte – Minas Gerais.

TEIXEIRA, Antônio Evangelista Totó. Entrevista realizada por Cláudia Chaves Fonseca em 19/10/2011 na sede da BREPEN – Rua Paracatu – 214 – Bairro Barro Preto – Belo Horizonte – Minas Gerais.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURAINE, Alain. **O que é a democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.